



Veja o noticiário jurídico dos jornais deste domingo

21/10/2007

Reportagem do jornal **Folha de S. Paulo** informa que interceptações telefônicas feitas pela Polícia Federal revelam detalhes da fraude fiscal investigada pela Operação Persona, deflagrada nesta semana. De acordo com a PF, a fraude de R\$ 1,5 bilhão foi supostamente orquestrada pela Cisco do Brasil. Nas conversas gravadas, há funcionários de empresas que, segundo a PF, foram criadas exclusivamente para “blindar” a Cisco, dizendo que era preciso “fazer de conta” que existia uma industrialização e, com isso, ganhar na redução dos impostos. Para a PF, a complexa engenharia montada pela Cisco consistia ainda em fraudar a importação por meio de empresas fantasmas.

Em liberdade

A Cisco Systems já está aguardando o retorno de Pedro Ripper às suas funções como presidente da Cisco no Brasil. Ele foi detido na Operação Persona e libertado no sábado (20/10). Em nota divulgada à imprensa, a Cisco afirmou, ainda, que três de seus funcionários já foram liberados pela Justiça Federal e nenhuma acusação formal foi feita até o momento. As informações são do portal de notícias **G1**.

Calor das discussões

Depositário de uma imagem de ponderação, o Supremo Tribunal Federal virou palco de bate-bocas e troca de ofensas entre os seus ministros. Reportagem do jornal **Folha de S. Paulo** afirma que as ocorrências se tornaram corriqueiras depois da abertura do processo criminal do mensalão contra os 40 denunciados, em agosto. Internamente, os ministros minimizam o clima de confronto e dão explicações diversas para o aumento da temperatura dos debates. Ex-ministros e advogados criticam reservadamente a animosidade.

Vácuo do Congresso

Sem capacidade para resolver seus problemas e aprovar os projetos que eles mesmos propõem, deputados, senadores e partidos têm jogado o Supremo Tribunal Federal no centro da política brasileira. A cada decisão tomada a pedido dos próprios políticos, no entanto, o Supremo é criticado por supostamente usurpar seus poderes e legislar indevidamente no lugar da Câmara e do Senado. “A essa inércia ou inapetência legislativa corresponde um ativismo judiciário francamente autorizado pela Constituição”, afirma o ministro Carlos Ayres Britto em reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**. “O Judiciário preenche um espaço que o legislador deixou em branco.”

Braços cruzados

Os servidores do Poder Judiciário baiano, cerca de 10.500, paralisam suas atividades nesta segunda-feira (22/10). Os servidores querem o cumprimento do plano de carreira implementado



em 2004, com prazo de finalização até janeiro de 2007. A intenção dos grevistas, segundo informa o jornal **Correio da Bahia** é pressionar o Tribunal de Justiça do estado para dar celeridade às negociações. Serviços em cartórios, tabelionatos, juizados, varas cíveis e criminais estarão suspensos, com exceção de expedição de guia de sepultamento e solicitação de Habeas Corpus, considerados serviços essenciais.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2007-out-21/veja_noticiario_juridico_jornais-35/